



## REPARAÇÕES NECESSÁRIAS, ATUAÇÃO DO ESTADO E PROTAGONISMOS OUTROS – EDITORIAL

---

### NECESSARY REPAIRS, STATE ACTION AND OTHER PROTAGONISMS – EDITORIAL



<https://doi.org/10.46401/ardh.2024.v16.21692>

O trigésimo primeiro número de *Albuquerque: revista de história* é publicado em meio à escalada da violência em âmbito internacional, com o avanço dos confrontos relativos à invasão da Ucrânia pela Rússia a partir de fevereiro de 2022, e a violentíssima ofensiva militar de Israel contra a Palestina na faixa de Gaza, a partir de outubro de 2023. Israel tem sido acusado de limpeza étnica e de ações genocidas diuturnamente, mas o efeito prático das acusações parece longe de ocorrer, seja com o fim dos ataques, seja com a culpabilização em razão das ações.

Os grupos/sujeitos/estados hegemônicos neste tabuleiro geopolítico raramente sofrem sanções efetivas, ou têm prejuízos significativos decorrentes de suas ações violentas. Apesar disso, é preciso que sejam denunciados, que as pessoas, instituições e movimentos sociais se coloquem contrariamente à necropolítica transnacional que observamos neste momento.

No Brasil, os dados sobre a violência contra a população negra, contra as mulheres, contra as pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, intersexos, assexuais e demais pessoas com variabilidade de gênero ou de orientação sexual (lgbti+), contra os povos indígenas permanecem demonstrando o quanto os setores hegemônicos de nossa sociedade são violentos e o quanto Estado é lento e/ou pouco se mobiliza no enfrentamento da situação.

Em 7 de agosto de 2024 o presidente do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, pediu desculpas, em nome do Poder Judiciário, a Maria da Penha, em razão da demora nos trâmites de seu caso de violência doméstica, tão emblemático que ela empresta seu nome à lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar e que completou dezoito anos. O Monitor de Femicídios no Brasil, iniciativa do Laboratório de Es-

tudos de Feminicídios da Universidade Estadual de Londrina, aponta para crescimento de números estaduais que chegam a cerca de 170% de 2023 para 2024. A Lei Maria da Penha permanece, portanto, tão relevante quanto o era quando de sua publicação.

Aos 64 anos, Maria Luiza Silva, aposentada compulsoriamente vinte e dois anos atrás pela Aeronáutica ao se declarar uma mulher trans, recebeu sentença final do Superior Tribunal de Justiça, que reconheceu que ela foi vítima de discriminação e que deveria ser reparada por isso. As garantias de dignidade e de não discriminação às pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, intersexos, assexuais e demais pessoas com variabilidade de gênero ou de orientação sexual (lgbti+) permanecem inexistentes, demoradas, inviáveis... Parte significativa desta população ainda carece de acesso efetivo aos benefícios do Estado e a uma existência plena.

Em Douradina, Mato Grosso do Sul, os indígenas da Terra Indígena Panambi-Lagora Rica estão sofrendo ataques dos produtores rurais, conclamados por meio de *fake news* a agirem violentamente contra os indígenas. Mesmo com a força nacional presente na região, produtores e seus capangas não têm sido intimidados e a violência permanece: são mais de cinco séculos de genocídio dos povos indígenas, seja pelas pestes, pela bala, pelo epistemicídio realizado pelos missionários desde que os primeiros europeus puseram seus pés nestas plagas.

A população negra continua sendo a que mais sofre com o racismo, seja por ataques à sua coletividade ou individualmente, injúrias, mortes violentas, inclusive aquelas causadas pelas polícias, o racismo religioso – inclusive aquele praticado por órgãos do Estado brasileiro, como a recente destruição de um terreiro de jarê no Parque Nacional da Chapada Diamantina por agentes do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade em 21 de julho deste ano.

E, em meio a essas cenas de violência contra a população negra e contra as mulheres, são as mulheres negras as grandes protagonistas da participação brasileira nos Jogos Olímpicos Paris 2024: Beatriz Souza e Rebeca Andrade foram medalhistas de ouro em suas modalidades (judô e ginástica artística/solo feminino, respectivamente). Duas mulheres negras, empenhadas profissionalmente em suas atividades esportivas, conquistaram o lugar mais alto do pódio. Rebeca Andrade, conquistando outras medalhas ainda, tornou-se a maior medalhista brasileira da História das Olimpíadas. E outras mulheres e outros homens também

conquistaram medalhas de prata e bronze, demonstrando a importância de uma educação que contemple o esporte para o desenvolvimento do país.

Há que se ressaltar que, onde antes prevaleceu a presença de pessoas brancas e de origem abastada, o protagonismo de mulheres negras, de origem empobrecida se fez. Que se faça!

E que os artigos e resenhas publicados neste número de *Albuquerque: revista de história*, que trazem reflexões sobre quadrinhos da Marvel e da DC Comics, sobre raça, racismo e interseccionalidade, a democracia racial e a recepção de “Orfeu Negro”, o aquilombamento na cidade de São Paulo, sobre o ensino de gêneros multissemióticos, a Amazônia, a decolonialidade e suas tessituras pelos indígenas, os processos de subjetivação feminina e os arquivos pessoais de mulheres. No Caderno Especial, reflexões sobre Euclides da Cunha e Rita Lee exploram a República e as subversões do amor. Jéssica Ferreira Alves, Robson Pereira da Silva e Rafael Alves Pinto Júnior encerram o número com duas resenhas. Agradecemos a todas as autoras e todos os autores por contribuírem com *Albuquerque: revista de história* nos enviando seus textos. E esperamos que as leitoras e os leitores apreciem o que têm em mãos.

*Aguinaldo Rodrigues Gomes*  
*Miguel Rodrigues de Sousa Neto*

**Editores.**